**A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRN: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Luiz Antonio da Silva dos Santos – IFRN

Pedagogo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

E-mail: [luizantonioantos@hotmail.com](mailto:luizantonioantos@hotmail.com)

Francisco das Chagas Silva Souza

Historiador, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

E-mail: [chagas.souza@ifrn.edu.br](mailto:chagas.souza@ifrn.edu.br)

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo compreender os textos políticos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) presentes em seu Projeto Político-Pedagógico, a partir do referencial teórico-analítico formulado pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores, e dos princípios de Interdisciplinaridade tratados nos textos que discursam sobre a política de integração curricular por meio do Projeto Integrador. Essas reflexões partem dos estudos realizados no mestrado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e consolidada por meio de análise documental, serão estudados os autores que desenvolvem pesquisas voltados à compreensão do tema aqui proposto, tais como: Ball (2016), Fazenda (2003), Japiassu (1976), IFRN (2012), dentro outros. A análise do PPP do IFRN evidenciou o cuidado e a preocupação dessa instituição em realizar um processo formativo que respeita a unidade do conhecimento, a organização dos saberes e sua materialização nas práticas integradoras. Entretanto, nesse documento podem ser encontradas expressões que, indubitavelmente, suscitam questionamentos e até possíveis controvérsias quanto ao modo de realizar o projeto integrado.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político-Pedagógico, Práticas integradoras, IFRN.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo compreender os textos políticos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) presentes em seu Projeto Político-Pedagógico, a partir do referencial teórico-analítico formulado pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores, e dos princípios de interdisciplinaridade tratados nos textos que discursam sobre a política de integração curricular para o Ensino Médio Integrado da instituição

Essas reflexões partem dos estudos realizados no mestrado e pretende analisar criticamente, à luz do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFRN, a respeito das bases teóricas que fundamentam a realização dessas práticas integradoras e as concepções que norteiam sua construção e a efetivação do projeto integrador como uma tentativa de superar às lógicas disciplinares presente nas instituições educativas.

A pesquisa justifica-se em função da necessidade de análise da proposta, uma vez que os conhecimentos culturais e interdisciplinares são essenciais na formação de cidadãos crítico-reflexivos, que estão inseridos num mundo social que não está compartimentado em áreas de saber.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e consolidada por meio de análise documental, serão estudados os autores que desenvolvem pesquisas voltados à compreensão do tema aqui proposto, tais como: Ball (2016), Fazenda (2003), Japiassu (1976), dentro outros

**2 O PROJETO INTEGRADOR NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFRN: SENTIDOS, PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES.**

Tendo como atenção central deste trabalho a discussão sobre a organização do Projeto Integrador no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática do IFRN, Campus Mossoró, teremos como ênfase principal a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), produzidos pelo IFRN.

Nesse Contexto, mesmo que brevemente, buscaremos compreender as orientações preconizadas nesses textos oficiais, que estão na base de suas prescrições, para só então poder inferir quais as contribuições desses documentos para a construção dos sentidos e significados que fundamentam e viabilizam a produção desses projetos no referido instituto.

Tal análise, por conseguinte, só pode ser realizada a partir de um aporte teórico, já que os achados não são encontrados de uma única maneira. A fim de fazê-lo, recorreremos ao referencial teórico-analítico formulado pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores, explorando alguns conceitos-chave que favorecem a compreensão de como as escolas fazem as políticas curriculares, traduzem e interpretam os documentos oficiais na prática das escolas.

Ball *et al* (2016), defende um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, no qual as decisões e os diversos discursos políticos são iniciados e/ou construídos; o contexto da produção de texto, em que textos com as definições políticas são produzidos; e o contexto da prática, no qual as definições curriculares são recriadas e reinterpretadas. Esses contextos estão interligados, não têm um caráter temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada contexto apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas de sentidos.

Buscando operar com a ideia de política em um sentido amplo, ressaltamos que a partir desses aportes teóricos, o que se entende por política será referenciado por Ball, Maguire e Braun (2016), que a concebe como textos e “coisas”, mas também como processos discursivos que são complexamente configurados, contextualmente mediados e institucionalmente prestados. Eles defendem uma compreensão ampliada do termo, compreende o político desde uma dimensão ontológica que transcende os limites da política, não se restringindo apenas a textos prescritivos, mas a práticas discursivas.

Ball (2001) também assinala que as políticas curriculares devem ser compreendidas como produto de um nexo de influências e interdependências que resultam numa “interconexão, multiplexidade, e hibridização”, ou seja, na “combinação de lógicas globais, distantes e locais”, correspondendo a uma permanente tensão entre o local e o global. (BALL, 2001, p. 102). Assim, a política deixa de ser pensada como um processo de verticalização e passa a ser concebida como uma “gramática” cujas normas estão sujeitas aos contextos de sua aplicação.

De acordo com este modelo interpretativo, depreendemos que a elaboração dos documentos oficiais do IFRN não fugiu dessas características, pois confirma a premissa teórica de que são documentos políticos, que se apresentam como processos e também como produtos de embates e conflitos de interesses das comunidades disciplinares e daqueles que também possuem poder de decisão relacionado à questão curricular envolvidas em sua produção.

O termo atuação está ligado ao entendimento de que as políticas são interpretadas e traduzidas pelos vários sujeitos presentes no ambiente escolar, ao invés de simplesmente implementadas.

A noção de atuação é incorporada por Ball aos ciclos de políticas e baseia-se nas premissas relacionadas que as “políticas não lhe dizem normalmente o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais a gama de opções disponíveis para decidir o que fazer são estreitadas ou alteradas ou metas ou resultados particulares são definidos” (BALL, 1994, p.19). Ball, Maguire e Braun em sua teoria utilizam o termo *Enactment para explicar a política como processo. Enactment* é um termo de difícil tradução. Em uma entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009), Ball assim define o termo *enactment*, traduzido no livro por “atuação”:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternação entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim. (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305)

Em consonância com essa perspectiva, o revisor da tradução assim transcreveu o conceito de *enactment*

O termo enactment é de difícil tradução. Originalmente, essa palavra tem sido usada no contexto legal para descrever o processo de aprovação de leis e de decretos. Neste livro, os autores a utilizam no sentido teatral, referindo-se à noção de que o ator possui um texto que pode ser apresentado/representado de diferentes formas. O texto, no entanto, é apenas uma pequena parte (porém, uma parte importante) da produção. Os autores usam esse termo para indicar que as políticas são interpretadas e materializadas de diferentes e variadas formas. Os atores envolvidos (no caso, os professores) têm o controle do processo e não são “meros implementadores” das políticas. Para a Língua Portuguesa, ‘policy enactment’ pode ser entendido como as políticas são encenadas, colocadas em ação. É importante destacar que Stephen J. Ball rejeita a noção de que as políticas são implementadas. Elas estão sujeitas a processos de tradução e de interpretação no contexto da prática. (BALL; MAGUIRE; BRAUN; 2016, p. 12)

Pensando nessa direção, assinalamos que os documentos oficiais carregam uma visão de uma escola ideal proposta pelas políticas e não consideram as análises da política no contexto situado, no aspecto material, estrutural e no relacional que estão sobrepostos e interconectados quando a política é colocada em ação em cada escola.

No que concerne à atuação, a política não é constituída em um ponto no tempo é sempre um processo de tornar-se, se reconfigurando de fora para dentro e dentro para fora. É analisada e repensada, bem como, por vezes, destacada ou simplesmente preterida.

Entendemos que a reflexão fundamentada em tal abordagem é bastante útil no contexto de atuação produzidos no IFRN, uma vez que o campo de pesquisa sobre Projetos Integradores no instituto é relativamente novo e ainda não se efetivou em termos de referenciais analíticos consistentes.

**3 A CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR NO PPP DO IFRN**

Iniciamos esse processo de análise partindo da justificativa da relevância institucional do PPP. Este se apresenta como documento-chave para investigarmos as intencionalidades educativas de qualquer entidade escolar. A escolha inicial desse documento deve-se, em primeiro lugar, ao fato de reconhecemos o PPP como principal instrumento de gestão que uma escola pode utilizar para guiar a sua prática educativa. Na visão de Veiga (1995, p. 22), “o projeto político-pedagógico é entendido [...] como a própria organização do trabalho pedagógico da escola [...]”. Em segundo lugar, esse documento foi elaborado com a participação do coletivo escolar do IFRN.

Dessa maneira, concebemos a prática educativa como uma intenção política em si, uma vez que busca à formação humana global para uma determinada sociedade, isto é, refere-se a ações educativas intencionais, ratificando assim o pensamento de Vasconcellos (2013, p. 19), quando defende a permanência do termo político ao projeto:

[...] consideramos importante manter o político para jamais descuidarmos desta dimensão tão decisiva do nosso trabalho, não nos esquecermos dos coeficientes de poder presentes nas práticas educativas e nas suas interfaces com a sociedade como um todo. Da mesma forma, para não perdermos de vista que a algum interesse político nós sempre servimos, que não há neutralidade, se não temos um projeto explícito e assumido, com certeza estamos seguindo o projeto de alguém (que talvez até faça questão de não se manifestar para poder dominar com eficiência) [...].

Convém destacamos que o PPP assume um caráter singular na definição e na orientação para todas as ações educativas que a escola pretende efetivar, numa dupla dimensão: política e pedagógica.

Em análise realizada no PPP, constatamos como foco central na constituição do Projeto Integrador a busca da relação dos saberes científicos com questões sociais mais amplas e a tentativa por efetivar uma prática educativa que considere a integração do pensamento, a unidade do conhecimento e a articulação da aprendizagem global.

Na análise empreendida do PPP, verificamos que o discurso pedagógico oficial destaca a opção pedagógica por Projetos Integradores como princípio basilar do currículo da instituição. Segundo o documento do IFRN (2012a, p. 76) “Defende-se, neste PPP, a opção por Projetos Integradores, uma vez que valorizam a pesquisa tanto individual quanto coletiva, promovem aprendizagem significativa e viabilizam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão”.

As assertivas realizadas no discurso pedagógico oficial do IFRN defendem que esses projetos são capazes de promover a pesquisa e viabilizar a consolidação de propostas educativas que respeitem a unidade do conhecimento por meio de metodologias mais globalizadoras e significativas. Conceitualmente, o discurso pedagógico oficial destaca que os Projetos Integradores são,

[...] desenvolvidos nos cursos superiores de graduação tecnológica e nas licenciaturas, conforme orientam as matrizes dos planos de cursos. De caráter interdisciplinar, esses projetos configuram-se como uma das possibilidades para estabelecer elos teórico-metodológicos nas práticas pedagógicas conduzidas para o ensino, a pesquisa e a extensão do IFRN (IFRN, 2012a, p. 253).

Nesse campo, o documento sinaliza que os Projetos Integradores se constituem um componente curricular obrigatório presente no Projeto Pedagógico do Curso, ou seja, tem embasamento legal e suporte institucional, dessa forma espera-se atingir uma formação que dê conta da articulação e aplicação entres os conhecimentos estudados nas diferentes disciplinas.

Nessa linha teórica, Henrique e Nascimento (2015, p.7) afirmam que “o Projeto Integrador é um tipo de prática integradora que visa superar tanto as dicotomias existentes entre teoria e empiria como a fragmentação historicamente construída entre as disciplinas e campos do conhecimento”.

Diante da dessa perspectiva, o discurso oficial do IFRN valoriza o que há de novo nessa proposta curricular, sempre inter-relacionando seus princípios com as novas demandas socioculturais e políticas para a formação de um aluno que possa transformar seu lugar no mundo.

As atividades pedagógicas intencionadas nos Projetos Integradores estão alinhadas às perspectivas teóricas da formação omnilateral e politécnica, que visam articular a formação geral sólida e a formação técnico-profissional densa, objetivando, segundo IFRN (2012a, p.81):

[...] possibilitar a participação ativa na sala de aula, promover a integração dos conhecimentos e favorecer a aquisição de hábitos e atitudes. Assim, beneficia-se a aprendizagem dos alunos, tanto de conteúdos conceituais quanto de conteúdos procedimentais e atitudinais. Essa estratégia metodológica exige a participação ativa de alunos e de educadores e estabelece o trabalho em equipe, definindo tarefas e metas em torno de objetivos comuns a serem atingidos.

Nessa parte do documento, os conceitos de participação ativa, integração dos conhecimentos e estratégia metodológica são utilizados como justificativa para consolidação da concepção do Projeto Integrador (PI) como proposta eficaz no enfoque globalizador do conhecimento, na medida em que é compreendido que todas as disciplinas abordam esses conceitos e neles dialogam com essa abordagem. Mesmo não tendo como pretensão fazer uma exaustiva análise teórica do discurso pedagógico oficial, percebemos que o documento, no que se refere as bases do PI, demonstra vinculação com as metodologias ativas, derivadas dos projetos de trabalho.

Com essas contribuições, o IFRN busca um novo olhar acerca da sala de aula, e com esses objetivos é defendida a formação integral do aluno, e para que isso realmente aconteça no interior da escola, a instituição entende ser fundamental a abordagem didática por meio da proposição de Projetos Integradores, buscando favorecer o pensamento reflexivo, a inovação e, por decorrência, o diálogo permanente entre os saberes do educando, os saberes das disciplinas e os saberes dos educadores.

Em suma, há três interpretações para o contexto no discurso pedagógico oficial do PPP do IFRN, no que se refere aos Projetos Integradores: a) articulação interdisciplinar por projetos de trabalho; b) formação profissional; c) Aprendizagem ativa. Neste terceiro contexto, a maior ênfase é nas aprendizagens globalizadoras, o contexto do trabalho assume centralidade, ficando os dois outros contextos subordinados a ele. Do ponto de vista de sua diretriz político-pedagógica de atuação, o IFRN (2012a, p.8) afirma que os Projetos Integradores podem ser desenvolvidos:

De *forma disciplinar ou interdisciplinar* e devem agregar, em suas ações, atividades de natureza inovadora, dinâmica, criativa e desafiadora. Entretanto, essa implementação depende, em grande parte, das condições de efetivação das práticas pedagógicas institucionais planejadas para esse fim. Podem-se citar, como exemplos dessas condições, a consonância entre objetivos propostos, a organização dos processos pedagógicos, a disponibilidade de recursos e de materiais didáticos para assegurar os desdobramentos das ações planejadas, a postura docente e a adesão dos educadores. (Grifo nosso)

No que se refere às diretrizes operacionais, o discurso pedagógico oficial destaca a forma como os Projetos Integradores podem ser realizados na instituição. Baseado no exposto, chamamos a atenção para o fato de que o grupo que elaborou o texto oficial afirma que os Projetos Integradores podem ser desenvolvidos “*de forma disciplinar ou interdisciplinar***”** (Grifo nosso). Tal concepção, indubitavelmente, apresenta um discurso divergente que não compartilha dos mesmos fundamentos interdisciplinares defendidos pela instituição em outras seções, suscitando assim muitos questionamentos teóricos.

Como seria possível algo que é intrinsicamente interdisciplinar ser realizado de forma disciplinar? Em vista disso, e pelo fato de oferecer problemas de compreensão, o uso do termo “disciplinar”, quanto ao modo de realizar o PI, necessita de maiores esclarecimentos. Buscando compreender essas contradições, concordamos, com Ball (1998) ao defender que os autores das políticas curriculares não podem controlar todos os sentidos presentes em seus textos/discursos, pois esses sempre são lidos de modos diferentes em cenários diferentes.

Com base nesse entendimento, observamos que o discurso divergente adotado pelo documento é fundamental para analisarmos como se dão os conflitos de interesses, as negociações e as lutas em torno das diretrizes políticos-pedagógicas tomadas pela comunidade disciplinar produtora do texto/discurso. Em relação a essa ambivalência discursiva, os fundamentos teórico-metodológicos da integração curricular, e, sobretudo, da interdisciplinaridade, nos permite constatar que as permanências são mais comuns do que as mudanças, embora, o discurso do novo seja sempre evocado.

Para entender essa contradição, primeiramente lançamos mão dos recursos gramaticais. Logo, destacamos que a conjunção “ou” carrega necessariamente a ideia de alternância e exclusão (BECHARA, 2009, p. 628). Operando nessa lógica, a afirmativa discrepante presente no texto oficial do PPP, embora sugira uma previsão de flexibilidade no modo de fazer o projeto, o que ocorre de fato é uma contradição, pois aponta uma possiblidade de realização de um Projeto Integrador num formato que não seja necessariamente interdisciplinar e dialógico com os componentes curriculares e as áreas de ensino. Tal perspectiva favorece a compreensão equivocada de que Projeto Integrador, mesmo quando sofre a perda e a deformação do caráter interdisciplinar, deslocando-se para um fazer disciplinar, possa ser concebido ou ainda qualificado como algo que integre os componentes/áreas/conteúdos curriculares.

Suponhamos que a afirmativa queira nos remeter para a possibilidade de uma disciplina criar as condições de integrar seus saberes internos, e assim, elaborar um produto final resultante dos conhecimentos daquela disciplina estudada. Para Japiassu (1976), o emprego desse modelo não é suficiente para qualificar-se como um empreendimento interdisciplinar. E é por isso que este tipo de colaboração pode ser classificado de falso interdisciplinar, portanto não podem ser justificativas para uso dessa construção textual, que se contrapõe, efetivamente às teorias de integração curricular, que sustentam-se na interdisciplinaridade. Não podemos descuidar do entendimento que os textos oficiais do IFRN não estão livres de uma integração teórica e vazia.

A partir dessas ideias, entendemos que além de dúvidas para as compreensões das concepções integradoras e das experiências interdisciplinares, o discurso pedagógico oficial incorre em ambivalência discursiva quando sugere que os Projetos Integradores, possam ser feitos de forma que não sejam necessariamente interdisciplinares. Dessa maneira, nos preocupa o fato de além de não ser explicitado, no texto do PPP, o que seria esse “modo disciplinar” de se efetivar o Projeto Integrador.

Contribuindo para o entendimento dessa questão, Collet (2002), destaca as características de um Projeto Integrador, a saber: 1) Necessita dialogar componentes curriculares; 2) Criar condições efetivas de intercâmbio entre professores e alunos; 3) Apresentar contribuições de diferentes disciplinas para a busca de solução do problema de pesquisa. Baseado nessa contribuição, nos parece totalmente inadequado o uso do termo “disciplinar”, pois, além de contradizer e ferir o princípio da integração curricular, gera confusão e, certamente, se mostra como um equívoco pedagógico.

Vejamos ainda o que autores referenciados no próprio PPP da instituição sustentam sobre a questão em estudo e como eles podem ajudar a discernir essa ambivalência. Japiassu (1976, p.74), analisa que “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. Para o autor, a atributo central da interdisciplinaridade encontra-se no fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, desse modo, transcende as fronteiras disciplinares. O mesmo autor ainda esclarece dizendo que,

[...] o verdadeiro espírito interdisciplinar consiste nessa atitude de vigilância epistemológica capaz de levar cada especialista a abrir-se às outras especialidades diferentes da sua, a estar atento a tudo o que nas outras disciplinas possa trazer um enriquecimento ao seu domínio de investigação e a tudo o que, em sua especialidade, poderá desembocar em novos problemas e, por conseguinte, em outras disciplinas (JAPIASSU, 1976, p.138).

Outro aspecto que devemos ressaltar consiste na ideia de que o currículo disciplinar não é impeditivo para a efetivação de um currículo integrado, mas sim o ponto de partida para uma experiência interdisciplinar. Quando utilizamos o termo interdisciplinar, Fazenda (2003) nos adverte para aspectos de intencionalidade e consciência.

Apesar de não possuir definição estanque, a interdisciplinaridade precisa ser compreendida para não haver desvio na sua prática. A ideia é norteada por eixos básicos como: a intenção, a humildade, a totalidade, o respeito pelo outro etc. O que caracteriza uma prática interdisciplinar é o sentimento intencional que ela carrega. Não há interdisciplinaridade se não há intenção consciente, clara e objetiva por parte daqueles que a praticam. Não havendo intenção de um projeto, podemos dialogar, inter-relacionar, e integrar sem, no entanto estar trabalhando interdisciplinarmente. A apreensão da atitude interdisciplinar garante, para aqueles que a praticam, um grau elevado de maturidade, Isso ocorre devido ao exercício de uma certa forma de encarar e pensar os acontecimentos. Aprende-se com a interdisciplinaridade que um fato ou solução nunca é isolado, mas sim consequência de muitos outros. (FAZENDA, 2003, p.64)

Segundo esse referencial, um projeto ou qualquer experiência interdisciplinar deve então estar imbuído da intenção consciente de romper, superar e derrubar seus falsos muros. Por conseguinte, ressaltamos mais uma vez que a perspectiva interdisciplinar não anula a importância da disciplinaridade do conhecimento e para que haja interdisciplinaridade, “é preciso que haja disciplinas. As propostas interdisciplinares surgem e desenvolvem-se apoiando-se nas disciplinas; a própria riqueza da interdisciplinaridade depende do grau de desenvolvimento atingido pelas disciplinas [...]” (SANTOMÉ, 1998, p.61).

Nossas análises dos textos oficiais do PPP revelam que, mesmo que esse texto representativo do discurso pedagógico oficial do Projeto Integrador busque efetivar-se, certamente foi elaborado por meio de uma série de negociações que passaram, também, pela incorporação de múltiplos sentidos locais, dentre eles as disputas e os conflitos teóricos presentes no IFRN. A ambivalência de sentidos, na forma de realizar o Projeto Integrador, portanto, expressam essa possível negociação, distanciando-se do que se entende como caráter integrador da proposta.

Para entender melhor essa questão, Bhabha (2001) defende que a formação do híbrido, que caracteriza os processos de negociação, é necessária ao exercício da autoridade e, consequentemente, coloca em crise o reconhecimento de tal autoridade, ao desenvolver aleatórios e imprevisíveis sentidos e significados, bem como desvios ambivalentes. Conforme apresentado por Lopes (2005), a referida negociação apresenta-se como um jogo onde as relações de poder configuram-se assimétricas, pois as instâncias envolvidas nesse jogo possuem distintas posições de legitimidade.

O caráter ambíguo e contraditório, como argumenta Ball *et al* (2016), de textos/discursos/práticas, são, assim, resultados de negociações e disputas de sentido. Nessa perspectiva, simultaneamente, é efetivada a defesa do respeito as particularidades locais, sendo esse o espaço de flexibilidade previsto no documento oficial para possíveis adequações às diferenças que surjam e, consequentemente, para a perpetuação de uma cultura hegemônica da lógica disciplinar na educação. Mas igualmente de forma híbrida, a abordagem do modo como o PI pode ser realizado (de forma disciplinar) trai profundamente sua base teórica que viabilizaria a integração curricular, sustentada na interdisciplinaridade.

Após essas analises textuais, podemos destacar claramente que há uma ambivalência teórica na sentença que afirma que os Projetos Integradores podem ser desenvolvidos *“de forma disciplinar ou interdisciplinar”* (Grifo nosso), podendo assim gerar problemas pedagógicos na atuação do PI. Intercruzando essa ambivalência com o texto que narra o objetivo central de aprendizagem do Projeto Integrador, verificamos como essa contradição se acentua.

As atividades desenvolvidas nos projetos integradores precisam dialogar com temáticas, com conteúdos e com situações reais abordados pelas áreas da formação geral e da formação técnico-profissional. Devem, ainda, possibilitar a participação ativa na sala de aula, promover a integração dos conhecimentos e favorecer a aquisição de hábitos e atitudes. Assim, beneficia-se a aprendizagem dos alunos, tanto de conteúdos conceituais quanto de conteúdos procedimentais e atitudinais (IFRN, 2012a, p. 88)

A partir desses parâmetros, os objetivos do Projeto Integrador do IFRN se propunha a atender: o compromisso institucional com esses projetos; sua elaboração baseada na solução de problemáticas reais; respeitar o enfoque globalizador na sua constituição; dialogar componentes curriculares; respeitar a indissociabilidade de pesquisa, ensino e extensão; estimular a pesquisa como princípio pedagógico; aproximar estudantes do mundo do trabalho e promover a inovação tecnológica.

Notadamente, o discurso pedagógico oficial sustenta em seus objetivos a função do Projeto Integrador dialogar temáticas, conteúdos, situações da área da formação geral e da formação técnico-profissional. Vejamos que no objetivo “e”, transcrito no seguinte conteúdo: *“integrar os conhecimentos específicos das diferentes disciplinas e das diferentes áreas, promovendo o desenvolvimento da capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar, em ação, os mais diversos saberes”* (Grifo nosso), expõe ainda mais a discrepância de sentidos do texto proposto para a realização do PI, flexibilizando um “pseudo” modo disciplinar, isto é, um modo que não integra disciplinas e muito menos áreas de ensino.

Enfim, num contexto educacional marcado por dificuldades de promover práticas interdisciplinares e mudanças em sala de aula, os problemas levantados anteriormente no discurso pedagógico oficial do PPP do IFRN passam a exigir uma reflexão mais cuidadosa por parte da comunidade disciplinar promotora da textualidade.

No âmbito das proposições desse documento, prevalece em suas orientações metodológicas, um PI que seja sustentado pela perspectiva interdisciplinar, visando a superação da dicotomia teoria e empiria nas práticas educativas da instituição. No entanto, o sentido atribuído nessa textualidade parece pouco confortável diante do intercruzamento das divergências que já foram citadas.

Dessa forma, não podemos ignorar a ambivalência expressada no modo de desenvolvimento de realização o PI, e nem aceitar que esse modo de fazer, possa responder ou compatibilizar-se com as teorizações sobre os fundamentos das práticas interdisciplinares. Assim, a discrepante textualidade distancia-se totalmente da promessa de um currículo integrado.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todas as reflexões levantadas no decorrer desse artigo que destaca as concepções sobre os projetos integradores no PPP do IFRN, nessa análise, foi possível encontrar expressões que, indubitavelmente, suscitam questionamentos e até ambivalências discursivas quanto o modo de realizar o projeto integrador. Um exemplo disso é a criação de uma pseudo possibilidade, presente nesse documento, do projeto integrador ser desenvolvido de forma disciplinar ou interdisciplinar, mesmo que esse documento em sua globalidade manifeste a intenção clara de desenvolver uma proposta integradora. Os achados evidenciam, que há, na elaboração desses documentos, interesses e crenças diversos, fazendo com que o projeto do PI, definido no contexto de influência, seja relido diferentemente pelos sujeitos no momento da representação da política nos textos. Também tal projeto é alterado de acordo com diferentes eventos e circunstâncias.

Concluímos ancorados na abordagem de Ball (2016), que as atuações são imbricadas por diferentes leituras e propensas a gerar conflitos, isto é, existe um espaço substancial onde os agentes podem agir por interesse próprio e trabalham em direção à mudança discursiva de maneira que privilegiam seus interesses e objetivos. Em suma, as políticas não são simplesmente implantadas, mas traduzidas/negociadas.

**REFERÊNCIAS**

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem**

**Fronteiras**, dez., v. 1, n. 2, pp. 99-116, 2001. Disponível em http://www.curriculosemfronteira.org/volliss2articles/ball.pdf

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa** – 37. ed. rev., ampl, e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COLLET, R. **Enseignement universitaire et interdisciplinarité. Bruxelles**, De Boeck. (2002).

FAZENDA, Ivani C.A. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003

HENRIQUE, A. L. S; NASCIMENTO, J. M. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **Holos**, Natal, v. 4, ano 31, p. 63-73, jul. de 2015.

IFRN. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva – DOCUMENTO- BASE. Natal-RN: IFRN, 2012.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade** **e a Patologia do Saber**, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas

educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2013

VEIGA, I. P.A (org.). **Projeto político-pedagógico da escol**a: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.